



Projeto de Lei nº 082/2023

Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Desta forma, competem as Comissões Permanentes, reunidas em conjunto, na forma que faculta o Regimento Interno, lavrar parecer a respeito de sua legalidade, oportunidade e conveniência.

O projeto versa sobre matéria de competência do Município, em razão de interesse local de incentivo à cultura, encontrando amparo no artigo 30, inciso I e IX, da Constituição Federal.

Ainda, encontra correspondência com o artigo 43, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, uma vez que compete sua iniciativa ao Poder Executivo.

Verifica-se, portanto, que o Projeto de Lei nº 082/2023, é legal, conveniente e oportuno, estando apto a ser apreciado pelo egrégio Plenário.

Diante do exposto, o Projeto de Lei sob o nº 082/2023 está apto a ser apreciado pelo egrégio Plenário.

Favorável é o parecer.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 13 de novembro de 2023.

Pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação:

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO
Vice-Presidente - relator

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 082/2023



14

PARECER EM CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA e REDAÇÃO; ORÇAMENTO, FINANÇAS e CONTABILIDADE; COMISSÃO DE OBRAS, PLANEJAMENTO, SERVIÇOS PÚBLICOS, ATIVIDADES PRIVADAS E TRANSPORTES, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, LAZER E TURISMO no Projeto de Lei nº 082/2023.

Autoria: **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

Relatoria: **VEREADORES ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO, AFONSO LOPES DA SILVA, WANDERLEY TEODORO FILHO E JOSÉ ALAERCIO DE TOLEDO LIMA JUNIOR.**

Parecer: **FAVORÁVEL.**

De iniciativa do Poder Executivo Municipal, o Projeto de Lei em epígrafe institui a autorização ao Executivo para o repasse de recursos financeiros, à título de contribuição, à Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF.

Na Justificativa, esclarece o Poder Executivo que o Projeto de Lei busca obter a previsão legal para repassar recursos financeiros à ABPF, declarada entidade de utilidade pública municipal através da Lei Municipal nº 1.470, de 23 de abril de 2003.

Os valores a serem repassados seriam destinados à melhorias na linha férrea existente no limite do Município até o Centro Cultural de Jaguariúna, com a finalidade de realizar obras diversas de manutenção e prevenção, tendo como objetivo fomentar as atividades culturais e turísticas da cidade. Os passeios de Maria Fumaça atraem muitos turistas, justificando o aporte de recursos financeiros da municipalidade, proporcionando segurança e facilidade aos frequentadores, fortalecendo o turismo e comércio local.

É o relatório.

LIDO EM SESSÃO
DE 14/11/23
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 082/2023



76

Pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA

Presidente – relator

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO

Vice – Presidente

VEREADOR FRANCISCO DE SOUZA CAMPOS

Secretário

Pela Comissão de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes

VEREADOR WILIAN BARBOSA DO MORRINHO

Presidente

VEREADOR WANDERLEY TEODORO FILHO

Vice- Presidente - relator

VEREADOR JOSÉ MUNIZ

Secretário

Pela Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo:

VEREADOR JOSÉ MUNIZ

Presidente

VEREADOR JOSÉ ALAERCIO DE TOLEDO LIMA JUNIOR

Vice – Presidente – relator

VEREADOR WALTER LUIS TOZZI DE CAMARGO

Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PROJETO DE LEI Nº 082/2023.

Dispõe sobre autorização ao Executivo para repasse de recursos financeiros, a título de contribuição, à Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF, e dá outras providências.

A Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, estado de São Paulo, etc.

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Jaguariúna autorizado a repassar à Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF, para aplicação até o dia 31 de dezembro de 2023, a título de contribuição, o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado a melhorias na linha férrea existente do limite do Município até o Centro Cultural de Jaguariúna, com a finalidade de realizar obras de manutenção e prevenção objetivando fomentar as atividades culturais e turísticas no Município.

§ 1º Para a realização do objeto de que trata o *caput* deste artigo, o Executivo fica autorizado a promover a celebração de termos e outros instrumentos legais de sua competência, se necessários.

§ 2º A aplicação da contribuição referida no *caput* deste artigo, pela beneficiária, fica condicionada à prestação de contas perante a Prefeitura, nos moldes estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 3º Os repasses do recurso deverão ser autuados na Prefeitura, em processo próprio, contendo:

I – norma autorizadora do repasse, discriminando a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF, valor concedido e sua destinação;

II – programa de trabalho aprovado pela Secretaria de Turismo e Cultura com a exposição das unidades de serviço objeto dos repasses concedidos;

III – declaração quanto à compatibilização e a adequação das transferências aos dispositivos dos arts. 15, 16 e 17, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

V – Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo no Tribunal de Contas, firmado pela Prefeitura e beneficiária.

§ 4º Compete à Secretaria de Turismo e Cultura:

I – estabelecer, formalmente, a data limite para apresentação das comprovações de despesas;

II – estabelecer as hipóteses em que os recursos repassados à beneficiária possam ser redistribuídos às entidades sem fins lucrativos, com exigência de destinação para a mesma finalidade prevista no ato concessório, nos termos do disposto no § 2º do art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

III – autorizar, a seu critério, de forma fundamentada, eventuais solicitações de prorrogação de prazo, para aplicação dos recursos e prestação de contas, desde que atendidas as exigências do § 2º do art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



IV – fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes;

V – receber e examinar as comprovações apresentadas e emitir parecer conclusivo, nos termos do art. 189 das Instruções nº 2/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, observando o determinado no parágrafo único do art. 102 destas Instruções;

VI – no caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas, exigir da beneficiária, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, prorrogáveis por igual período, se necessário, o saneamento da prestação de contas ou seu encaminhamento;

VII – suspender, por iniciativa própria, novos repasses à inadimplente, quando decorrido o prazo estabelecido no inciso anterior sem a devida regularização, exigindo da beneficiária, quando for o caso, a devolução de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais;

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

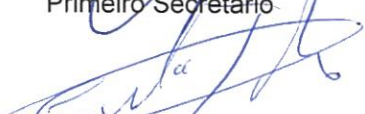
Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, 14 de novembro de 2023.


VEREADOR ROMILSON N. SILVA
Presidente


VEREADOR JOSÉ MUNIZ
Vice Presidente


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Primeiro Secretário


VEREADOR SILVIO LUIZ TELLES DE MENEZES
Segundo Secretário

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.


Creusa Ap. Gomes
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ofício PRE n.º 597

Jaguariúna, 16 de novembro de 2023

Senhor Prefeito

Passamos às mãos de Vossa Excelência, para sanção e promulgação Projeto de Lei nº 082/2023 desse Executivo – Dispõe sobre autorização ao Executivo para repasse de recursos financeiros, a título de contribuição à Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF, e dá outras providências”, e dá outras providências, o qual foi aprovado por unanimidade de votos, única discussão, em Sessão Ordinária realizada nesta Casa de Leis, em 14 de novembro de 2023.

Atenciosamente,


VEREADOR ROMILSON SILVA
Presidente

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.

